



## O Pasquim do Calambau: algumas considerações linguísticas sobre um manuscrito setecentista

*Pasquim do Calambau: linguistic remarks on a 18th-century manuscript document*

Marcus Vinícius Pereira das Dores\*  
*Universidade de Évora; Universidade de São Paulo*  
Évora, Portugal

**Resumo:** Neste artigo, apresentam-se as edições fac-similar e semidiplomática do curioso manuscrito setecentista “Pasquim do Calambau” como forma de popularizar e preservar o documento original. Criado para ridicularizar o sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira, esse pasquim – que possui forma e tema específicos a esse gênero – surge anonimamente no arraial do Calambau, termo da cidade de Mariana. Por meio do modelo de Tradições Discursivas (cf. KABATEK; SIMÕES, 2004; KABATEK, 2006, 2012; KEWITZ; SIMÕES, 2019) busca-se analisar alguns aspectos da composição, do conteúdo e do estilo desse manuscrito.

**Palavras-chave:** Pasquim do Calambau. Manuscrito setecentista. Edição semidiplomática. Tradição discursiva.

**Abstract:** This paper presents facsimile and semidiplomatic editions for the eccentric 18th-century manuscript titled “Pasquim do Calambau” (Calambau’s Pasquinade in free translation) in order to preserve the original document by making it public. The pasquinade was conceived to mock Senior master sergeant Manoel Caetano Lopes de Oliveira in the community of Calambau in the city of Mariana. Pasquinades exhibit specific format and content that are particular to them. Compositional, thematic and stylistic aspects of the manuscript were examined in light of Discursive Tradition models (cf. KABATEK; SIMÕES, 2004; KABATEK, 2006, 2012; KEWITZ; SIMÕES, 2019).

**Keywords:** Pasquim do Calambau. 18th-century manuscript. Semidiplomatic edition. Discursive Tradition.

\*Doutorando em Linguística pela Universidade de Évora, com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT (referência: UI/BD/151220/2021), e em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. É investigador do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora e membro da Cátedra UNESCO em Patrimônio Imaterial e Saber-Fazer Tradicional: Ligando Patrimônios. e-mail: marcus.dores@uevora.pt.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A capitania das Minas foi prolífica na produção de mensagens escritas – os pasquins – de veiculação clandestina que promoviam a desobediência às autoridades ou a difamação de desafetos, constituindo um meio de comunicação que serviu tanto às rebeliões quanto ao poder colonial. (FIGUEIREDO, 2014, p. 42).

O curioso manuscrito *Pasquim do Calambau* – custodiado pelo Arquivo da Casa Setecentista de Mariana-MG<sup>1</sup> – não é nada inédito, visto que já foi bastante explorado por alguns historiadores. Cabe destacar, por exemplo, os trabalhos de Antunes; Figueiredo (2022), de Antunes (2017; 2019), de Figueiredo (2014, 2019) e de Gaspar (2019), que, do ponto de vista histórico, investigaram diferentes aspectos desse material.

Assim como outras fontes documentais, o *Pasquim do Calambau* é uma relevante fonte de pesquisa para diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, com este artigo, pretendemos analisar esse manuscrito setecentista sob uma ótica diferente: da linguística. Para isso, além desta seção introdutória e das *considerações finais*, dividimos este trabalho da seguinte forma: i) primeiro, apresentamos a edição fac-similar (que não é inédita) e a edição semidiplomática do manuscrito; ii) em seguida, apresentamos o modelo de Tradições Discursivas (cf. KABATEK; SIMÕES, 2004; KABATEK, 2006, 2012; KEWITZ; SIMÕES, 2019), proposta teórica que fundamenta a nossa discussão; iii) e, por fim, analisamos o *Pasquim do Calambau* segundo esses pressupostos teóricos. O modelo das Tradições Discursivas parte do princípio de que todo texto é carregado de tradições. Essas tradições, por sua vez, são construídas por meio de formas textuais preexistentes que permaneceram ou que se modificaram diacronicamente.

Olhar para o passado, por meio de fontes documentais, é uma tarefa que requer muitos questionamentos e ponderações. Isso, porque, quanto mais nos distanciamos do presente, mais fragmentados são os nossos meios de consulta, ou seja, a documentação que chega até nós nunca dará conta de materializar todos os fatos e todas as visões sobre os fatos ocorridos no passado. É, justamente, por isso que, para Labov (1994, p. 11), sempre estamos no labor da “arte de fazer o melhor uso de maus dados”.

De modo geral, cabe adiantar que, segundo Figueiredo (2014, p. 55), os pasquins

dialogam com os grupos populares, não para levá-los ao confronto bárbaro com que tradicionalmente são compreendidos, mas para adensar a qualidade de suas demandas. São, ao mesmo tempo, ferramentas para que se ultrapassem no plano da política os abismos que separavam as escalas sociais, encorajando a população ao enfrentamento das autoridades, dos vereadores vacilantes, dos açambarcadores cobiçosos. Inoculam confiança em um meio habitualmente paralisado pela força da hierarquia. Frágeis, desabridos, corajosos papéis, verdadeiros catalisadores, ao serem capazes de mobilizar grupos populares para a ação direta, ameaçadores à ordem são, ao mesmo tempo, veículos destinados a produzir um discurso e levantar bandeiras uniformes onde antes parecia haver apenas uma consciência política desarticulada.

---

<sup>1</sup> Pasquim anexo ao Auto de Devassa de Manoel Caetano Lopes de Oliveira, códice 224, 2º ofício.

O *Pasquim do Calambau* tece duras críticas ao sargento mor da Companhia de Calambau, Manoel Caetano Lopes de Oliveira. Tendo ele a sua reputação abalada, resolveu abrir um processo investigativo que teve por finalidade de apurar esse ato difamatório. “Foi graças a este recurso judicial que restou, intacto, um dos exemplares das três cópias do pasquim que então circularam, servindo de prova junto à uma devassa” (FIGUEIREDO, 2019, p. 212-213).

Com o objetivo de voltarmos nossos olhos para a estrutura textual do manuscrito aqui em causa, a seguir, apresentamos as suas edições fac-similar e semidiplomática.

## 2 EDIÇÕES DO *PASQUIM DO CALAMBAU*

Há várias formas de se editar um texto manuscrito e diferentes motivos para realizar essa tarefa. É justamente por isso que existem diferentes tipos de edição de textos antigos. Há quem prefira conservar ao máximo as informações e a forma do texto a ser editado. Assim, elabora-se uma edição conservadora. Há, também, quem busque a popularização das informações contidas no documento entre as pessoas menos especializadas e, por isso, realiza uma edição modernizadora. Fato é que, de acordo com os objetivos do editor, um tipo de edição é escolhido. É preciso deixar claro que, independentemente do tipo de edição escolhido, o produto final sempre será marcado pelo crivo interpretativo do editor, ou seja, quem edita um texto faz, no decorrer do seu trabalho, determinadas escolhas. Sobre essa questão, Cambraia (2019, p. 33) destaca que há

[u]ma ampla gama de operações que o editor deve realizar, incluindo questões como separação vocabular, paragrafação, pontuação, etc., que evidenciam que o objeto final de sua atividade é efetivamente uma “criação do espírito”, o que significa admitir que o editor é autor da sua edição e deve ter seus direitos autorais integralmente reconhecidos e protegidos nos termos da lei.

Para este artigo, como pretendemos explorar questões linguísticas e filológicas do *Pasquim do Calambau*, optamos por apresentar uma edição semidiplomática e a edição fac-similar do manuscrito em causa. A edição fac-similar nada mais é que a reprodução mecânica do manuscrito. Essa reprodução que aqui apresentamos foi realizada por meio da captura de imagens em alta resolução do manuscrito<sup>2</sup>. Já a edição semidiplomática é o tipo de edição em que se procura manter as características gráficas do manuscrito. Nesse tipo de edição, ocorre, segundo aponta Cambraia (2005, p. 95) “um grau médio de mediação [...] através de operações como desenvolvimento de sinais abreviativos, inserção ou supressão de elementos por conjectura, dentre outras [...]”.

A edição do *Pasquim do Calambau* que fazemos se difere das edições presentes nos trabalhos que consultamos justamente por preservar ao máximo o registro de língua do manuscrito, algo que julgamos importante para a nossa área de pesquisa. Há que se destacar, também, que, por meio de uma edição mais conservadora, é possível estabelecer

---

<sup>2</sup> Aproveitamos para agradecer ao Prof. Álvaro de Araújo Antunes e ao Arquivo da Casa Setecentista de Mariana-MG por terem nos disponibilizado essas imagens.

uma edição modernizada. O contrário, entretanto, não é possível. O fato de disponibilizar a edição fac-similar possibilita ao leitor tirar possíveis dúvidas e realizar, caso necessário, as suas próprias interpretações do material.

Como cada tipo de edição atende a uma finalidade, antes de proceder com uma edição (de qualquer tipo que seja) é preciso estabelecer propostas aplicadas de critérios de transcrição e de edição. Para este artigo, tomamos como norte as normas do projeto *Para uma História do Português Brasileiro* (PHPB)<sup>3</sup> – publicadas, inicialmente, em Mattos e Silva (2001 Org.). Por ser uma proposta bastante difundida, em virtude do limitado espaço que temos, optamos por não reproduzir essas normas aqui.

Cabe destacar que, embora tenhamos optado por uma edição semidiplomática, ou seja, com um nível de conservadorismo elevado, a edição que apresentamos não é justalinear<sup>4</sup> pela própria configuração do original (em colunas) impedindo a reprodução fiel disso.

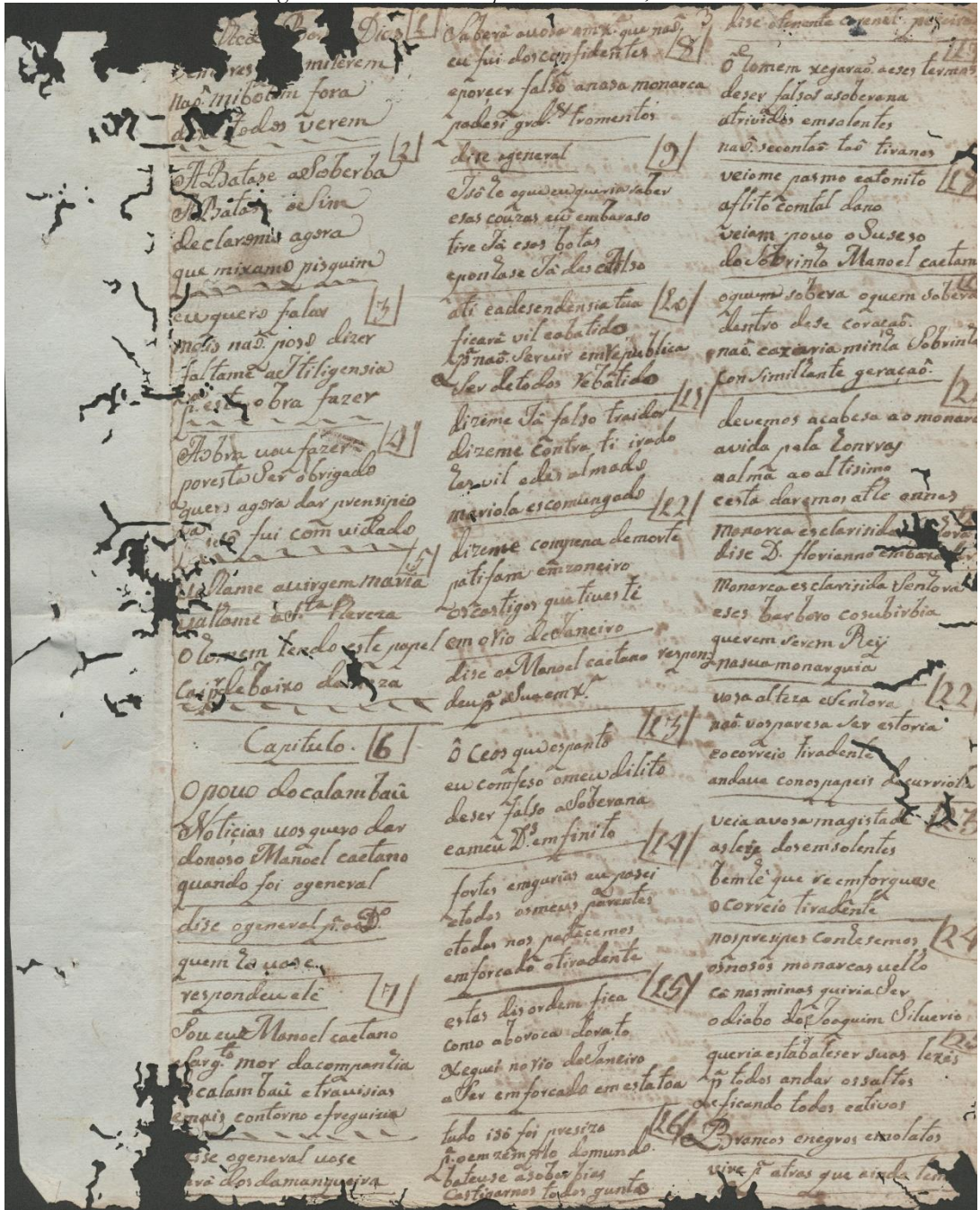
Confiram, a seguir, as edições do *Pasquim do Calambau*:

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>.

<sup>4</sup> Em uma edição justalinear, respeita-se, ao máximo, a disposição geográfica do texto no suporte de escrita bem como o layout do documento.

Figura 1 – Fac-símile Pasquim do Calambau, Fl. 1r.



Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana-MG.

[Fl. 1r.]

[1]  
[corroído] Bo[m] Dios  
[Se]n[ho]res [que] milerem  
Naõ. mibot[e]m fora  
[dexe] todos uerem

[2]  
ABatase aSoberba  
ABatase aSim  
declarome agora  
que mixamo pisquim

[3]  
eu quero falar  
mais naõ. poso dizer  
faltame aJtiligensia  
para esta obra fazer

[4]  
Aobra uou fazer  
por esta Ser obrigado  
quero agora dar prensipio  
para [ilegível] fui com uidado

[5]  
Ualhame auirgem Maria  
Ualhame a *Santa* Thereza  
o homem lendo este papel  
Cai pørele baixo da[me]za

[6]  
Capitulo.  
O pouo do calambaû  
Notiçias uos quero dar  
do nosso Manoel caetano  
quando foi o general

dise o general para oDito

quem he uose.

[7]

respondeu elê

Sou eu Manoel caetano  
Sargento mor da companhia  
[do] calambaû e trauisias  
emais contorno e freguizia

(D)ise o general uose  
[he]ra dos da manqueira<sup>5</sup>

[8]

Saberâ auosa em*xcelência* que não. 3  
eu fui dos confidentes  
e porçer falso a nosa monarca  
podesi *grandes* tromentos

[9]

dise o general  
Jsô he oque eu queria saber  
esas couzas eu embaraso  
tire Já esas botas  
eponhase Já des cAlso

[10]

ati e a desendensia tua  
ficará uil e abatido  
*para* não. Seruir em Republica  
Ser de todos Rebatido

[11]

dizime Já falso traidor  
dizeme contra ti irado  
hes uil e des almado  
mariola excomungado

[12]

dizeme compena de morte  
patifam em zoneiro  
os castigos que tiuesti  
em o Rio de Janeiro

dise o Manoel caetano respon=

---

<sup>5</sup> Fim da primeira coluna.

deu *para* aSua emxcelência

[13]

Ô Ceos que espanto  
eu confeso o meu dilito  
de ser falso aSoberana  
e ameu *Deus* em finito

[14]

fortes emgurias eu pasei  
e todos os meus parentes  
e todos nos padeçemos  
em forçado o tiradente

[15]

estas disordem fica  
como aboroça dorato  
xeguei no Rio de Janeiro  
a Ser em forçado em estatoa

[16]

tudo isô foi presizo  
*para* o em zemplo do mundo.  
bateuse asoerbias  
casti(g)arnos todos gunto[s]<sup>6</sup>

dise o tenente corenel pereira

[17]

ô homem xegaraõ. a eses termos  
de ser falsos a soberana  
atriuidos emsolentes  
naô. secontaô taô tiranos

[18]

veio me pasmo eatonito  
aflito com tal dano  
ueiam pouo o Suseso  
do Sobrinho Manoel caetamo

[19]

o quem sobera o quem sobera  
dentro dese coraçãô.

---

<sup>6</sup> Fim da segunda coluna.



naô. cazaria minha Sobrinha  
con similhante geraçãô.

[20]  
deuemos acabesa ao monarca  
auida pela honrras  
a alma ao altisimo  
e esta daremos athe annos

[21]  
monarca esclarisida [Sen]hora  
dise *Dom* florianno embaxa[do]r

monarca esclarisida Senhora  
eses barboro cosubirbia  
querem serem Reÿ  
na sua monarquia

[22]  
uosa alteza eSenhora  
naô. uos paresa ser estoria  
e o correio tiradente  
andaua con os papeis d[a]curriola

[23]  
ueia a uosa magistade  
as leis dos emsolentes  
bem hê que se em forquase  
o correio tiradente

[24]  
nos presipes conhesemos  
os nosos monarcas uelho  
câ nas minas quiria Ser  
o diabo do Joaquim Siluerio

[25]  
queria estabaleser suas le[z]is  
*para* todos andar os saltos  
e ficando todos catiuos  
Branco enegros emolatos

uire *para* atras que ainda tem<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Fim da terceira coluna



[Fl. 1v.]

[26]

De *deus* ueio o Se[.]rro  
para castigar eses tolos  
ninguem obedeseria  
os filha daputa deses mouros

[27]

mouro sepode xamar  
t[od]a uida como dantes  
taõ.bem seaxaua em liado  
hu padre, clerigo, estudantes

[28]

esta fica pør escrita  
pør delatados *mnitos* anno  
taõ.bem se axou hũ padre  
Irmaô de Manoel caetano

[29]

a pobre Manoel caetano  
desgrasado sem uentura  
hes abatido naterra  
de todas as criatura

[30]

e [p]or todo oorbe daterra  
[ilegível] ti[nha]se pør apolim  
fica[s]e Ja abatido  
[ilegível]<sup>a</sup> seçlo sem fim

[31]

[ilegível] Jardim Sô compete  
que nasa amilhor flor  
o *Senhor* Manoel caetano  
ficou homem sem ualor

[32]

quem esta nas esquinas axar  
espalhe na[s] minas gerais  
que morra Manoel caetano  
uiua a Rainha de portugal

[33]

Senhor Manoel caetano  
parese hũ sutiriaõ.  
ele se foi *para* o salto  
*para* naõ. assistir na foncaõ.

[34]

na fonsaõ. damai De *Deus*  
dorrozario dos preto  
[e]rritirose daparage  
arrenego do tal Sugeito

[35]

torne *para* abanda de sima  
e leia con atençaõ.  
[ilegível] o que dis  
[ilegível] se [gra]nde a treiaõ.<sup>8</sup>

[36]

naõ. respeitando o maluado  
a hum templo de Deus  
pose logo arrezoins  
que paresia hu farezeus

[37]

Jâ tem isô pør o fisio  
este Judas farizeus  
deter rrezoins com muzieus  
nacaza damai de Deus

[38]

este famozo Judeu  
tem altura de hu turco  
xegou ahir ao couro  
a ter rezoins com muzico

[39]

Senhor Manoel caetano  
dai se diabo semelhante  
adiuirtase com esta obra  
que esta couza galante

---

<sup>8</sup> Fim da primeira coluna.

[40]

Manoel caetano eu tedigo  
que abastas seres filho  
de hũ pai gimento he  
pør nome como losmilho

[41]

acabose acabose  
acabose meus amante  
aqui findo esta obra  
para os homens do alevante

desima  
leia gente conatenção.  
obem dehu prazer  
deuerem esta obra fazer  
fação. *grande* harmonia  
dehua propria alegria  
miespirou aminha uontade  
agora em mendar seade  
opatife do maluado  
Senaõ Serâ asoitado  
no polorinho da Sidade<sup>9</sup>

[Assinatura]

### 3 APONTAMENTOS TEÓRICOS

O modelo de *Tradições Discursivas* (TD) surge como forma de análise de certas tradições que subjazem a linguagem humana. Isso, porque, segundo Kabatek (2012, p. 581), “falar não é só gerar enunciados segundo as regras de uma gramática particular e segundo um léxico disposto por uma língua determinada, é também tradição, no sentido de repetição do já dito”. Para exemplificar isso, tomemos a expressão “bom dia”. Em língua portuguesa, essa é a saudação que utilizamos no turno da manhã. Poderíamos utilizar a expressão “boa manhã”, mas, por uma questão de tradição, repetimos aquilo que já é dito em um contexto sócio e historicamente localizado. Cabe destacar, contudo, que o conceito de TD vai muito além da repetição de certo termo ou frase.

De forma mais clara, TD pode ser entendida como:

a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto, significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode

---

<sup>9</sup> Fim da segunda coluna.

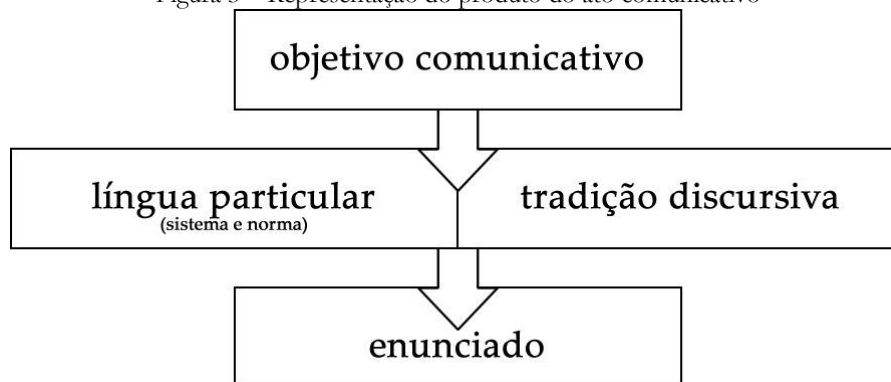
estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados (KABATEK, 2006, p. 512).

Por meio desses conceitos, temos fundamento para estudar como alguns textos são concebidos e como os textos – das variadas esferas sociais – circulam e/ou circulavam ao longo do tempo. Entretanto, é preciso deixar claro que “[o] conceito de TD perpassa a noção de gênero, mas não se reduz apenas a este rótulo” (KEWITZ; SIMÕES, 2019, p. 222).

Antes de formular um texto (aqui sem fazer distinção entre oral e escrito), o falante aciona padrões que ele dispõe sobre práticas comunicativas (cf. KOCH; ELIAS, 2012). Esses padrões, ou “modelos”, como apontam as autoras ora citadas, “são abstrações de situações de que participamos e do modo de nos comportarmos linguisticamente, portanto, em sua constituição, entram de forma inter-relacionada aspectos cognitivos, sociais e interacionais” (KOCH; ELIAS, 2012, p. 58).

Complementar a isso, a produção de um dado enunciado, como postulam Kabatek e Simões (2004), passa por filtro duplo: o da língua e o das tradições discursivas. Veja a representação desses filtros a seguir:

Figura 3 – Representação do produto do ato comunicativo



Fonte: Kabatek e Simões (2004, p. 161).

A transposição desses filtros ocorre de forma simultânea. Em um, o falante seleciona as regras da língua utilizada levando em consideração os níveis lingüísticos (fonologia, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, léxico etc.). No outro, são selecionadas as tradições discursivas (estilo, métrica, referências culturais, fórmulas etc.). Nesse sentido, as TDs ultrapassam, em alguns casos, o sistema de uma língua específica. Por exemplo, uma determinada fórmula de abertura de um processo jurídico vai aparecer em um documento, independentemente, da língua em que ele estiver escrito.

Dito isso, passemos à análise do *Pasquim do Calambau*.

#### 4 TRADIÇÕES DISCURSIVAS E O PASQUIM DE CALAMBAU

Em virtude dos poucos exemplares de pasquins preservados que chegam ao presente e das poucas pesquisas sobre esse material, não é tão fácil definir esse gênero. Entretanto, é importante levar em consideração que, na perspectiva das TD, segundo Kabatek, (2006, p. 510),

[o] traço definidor das TD é [...] a relação de um texto em um momento determinado da histórica com outro texto anterior: uma relação temporal com repetição de algo. Esse “algo” pode ser a repetição total do texto inteiro [...], mas também pode ser apenas a repetição parcial ou ainda a ausência total de repetição concreta e unicamente a repetição de uma forma textual, como, por exemplo, no caso de dois sonetos, ligados por uma tradição mesmo quando não contém nenhum elemento concreto em comum.

Em Bluteau (1728, p. 296) encontramos a seguinte definição para *pasquim*: “Pasquinâda, ou Pasquim. Dito picante, posto em papel, e publicamente exposto. [...] Pasquinadas, todas as satyras, piques, e pedradas, que occultamente se dão às pessoas, de que se não póde dizer mal às claras”.

Para Figueiredo (2014, p. 44),

“Pasquim”, no vocabulário corrente daqueles que conviveram com as revoltas e resistências na cultura política luso-brasileira do século XVII e na primeira metade do XVIII, é um termo capaz de abarcar qualquer papel manuscrito de publicação descontínua com textos ou desenhos, independentemente do gênero que adota, anônimo ou sob falsa autoria, fixado em local de ampla visibilidade – mas também distribuído para leitura pública – com críticas políticas, de natureza pessoal ou não.

Em ambas as definições apresentadas temos informações de que o pasquim é um texto anônimo utilizado para difamar alguém. É curioso perceber que, por se tratar de um material acusatório e de circulação entre o povo, esse texto não tem um formato marcado por grande formalidade e por linguagem erudita. Sobre essa questão, Figueiredo (2014, p. 44) aponta que

[a]ssegurada pelo anonimato, a linguagem empregada nesses escritos é intrépida e destemida, atropelando o respeito estamental e hierárquico. Por isso eles descortinam, mediante a força da palavra, as formulações mais ásperas, que raramente emergem em outras fontes, a respeito da ordem política.

Dessa forma, “quando alcançavam o suporte escrito, essas narrativas tinham a obrigação de persuadir, exigência que mobilizava necessariamente ênfases e linguagens que enganam os intérpretes mais desavisados” (FIGUEIREDO, 2014, p. 45). Analisando o *Pasquim do Calambau*, percebemos que ele se encaixa muito bem nesse curioso tipo textual. Isso, porque se trata de um documento raro – diferente do que tradicionalmente se encontra de documentação dessa época – por carregar uma linguagem particular e por ser marcado pelo anonimato.

#### 4.1 COMPOSIÇÃO, CONTEÚDO E ESTILO DO PASQUIM DO CALAMBAU

Apresentamos a seguir alguns elementos que se sobressaem na composição, no conteúdo e no estilo do pasquim. Cabe antes destacar que, em sua tese de doutorado, Simões (2007, p. 144) registra que encontrou na Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) um pasquim seiscentista escrito no Maranhão. Segundo ele, esse tipo de documento “[...] traz alguns elementos interessantes, os quais dão pistas sobre o surgimento dos textos jornalísticos portugueses e brasileiros”.

O arraial do Calambau<sup>10</sup> (Freguesia da Piranga – Termo da cidade de Mariana) é a data tópica do pasquim aqui em questão. Esse manuscrito possui um fólho (frente e verso) e está organizado em colunas e capítulos numerados de 1 a 41. As personagens principais desse texto “maldito” são o sargento mor da Companhia de Calambau, Manoel Caetano, e o General, responsável pelo interrogatório narrado.

dise o general *para* oDito

quem he uose.

[7]

respondeu elê

Sou eu Manoel caetano

Sargento mor da companhia

[do] calambaû e trauisias

e mais contorno e freguizia

Como aponta Antunes (2019, p. 208) “[a] principal razão do ataque ao militar era seu alegado envolvimento com a Conjuração Mineira, maquinada em 1788 e debelada em 1789”. O texto também faz menção a alguns inconfidentes como, por exemplo Tiradentes. Sobre essa figura, o autor ora citado destaca que

[n]o manuscrito injurioso de Calambau, Tiradentes ocupa um lugar de relevância, mas não o lugar de cabeça do movimento e muito menos o de mártir [...]. Nas três vezes em que Tiradentes é mencionado no pasquim, uma ele aparece como enforcado e nas outras duas ele é apresentado como um correio, como aquele que levava as notícias, que transportava os “papéis da corriola”. [...] nada no pasquim permite conhecer em Tiradentes a imagem do abnegado herói da nação (ANTUNES, 2019, p. 209).

Um fato curioso é que, ao contrário de outros pasquins, que, geralmente, propunham uma rebelião do povo contra as autoridades administrativas, “o ‘Pasquim do Calambau’ é um registro reacionário, quiçá um manifesto que convoca a comunidade a sobrepesar as dramáticas mudanças pelas quais passava, as mentalidades dos grupos populares nas Minas”. (FIGUEIREDO, 2019, p. 216).

Em se tratando de pasquins, Marquilhas (2000, p. 54) afirma que eles “[...] revelam que a rima, o vocabulário tabu, o humor e as locuções hiperbólicas eram ferramentas utilizáveis na exteriorização anônima de juízos social ou institucionalmente reprimidos”.

---

<sup>10</sup> Atualmente cidade de Presidente Bernardes.



Estruturado em capítulos e estrofes (ou colunas), o *Pasquim do Calambau* apresenta, de fato, um estilo marcado por rimas e linguagem informal. Inclusive são muito presentes palavras e expressões ofensivas dirigidas ao sargento mor:

[11]  
dizime Já falso traidor  
dizeme contra ti irado  
hes uil e des almado  
mariola excomungado

[...]

[26]  
De *deus* ueio o Se[.]rro  
para castigar eses tolos  
ninguem obedeseria  
os filha dapita deses mouros

[...]

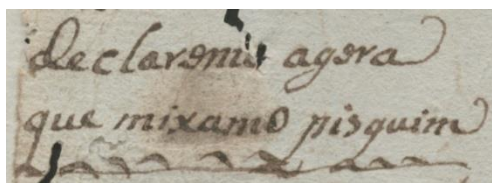
[29]  
a pobre Manoel caetano  
desgrasado sem uentura  
hes abatido naterra  
de todas as criatura

O uso de rimas e de linguagem mais informal colabora diretamente com a transmissão das informações contidas no texto. Isso, porque um texto que possui muitas rimas (mesmo que rimas simples) é mais facilmente memorizado e, depois de memorizado, é divulgado entre as pessoas de forma mais certa. Uma fofoca como a presente no pasquim só atinge o seu sucesso se for amplamente divulgada na sociedade. Sobre as rimas, Simões (2007, p. 146) destaca que

[n]as sociedades em que a oralidade era o meio pelo qual se perpetuavam as tradições textuais os cantos e as epopeias eram marcados por elementos como assonâncias, rimas, ritmo e outros recursos ligados à musicalidade que ajudava na memorização dos textos poéticos. Com a expansão da escrita em várias sociedades, essa característica vocal evoluiu de um recurso técnico para um recurso estético [...].

De fato, as rimas tinham essa função primária e depois passaram a uma função puramente estética. Nesse sentido, ao nos depararmos com esse recurso em um pasquim setecentista, temos claramente a manutenção de uma TD.

Logo no início do manuscrito, quando o próprio texto se apresenta, temos uma localização objetiva. “As localizações ‘objetivas’ são aquelas contextualmente evidentes, assim como as que vêm dadas pela denominação explícita dos textos.” (KABATEK, 2012, p. 586):



declarome agora | que mixamo pisquim

É interessante perceber, também, o diálogo que o texto estabelece com o seu leitor ao fazer uso do discurso em primeira pessoa do singular (no exemplo acima marcado na desinência de número/pessoa do verbo *declarar* e no pronome oblíquo átono *me ~ mi*). Esse diálogo de forma personificada já aparece de forma imperativa na primeira estrofe do texto: “[Se]n[ho]res [ilegível] milerem | Naõ. mibot[e]m fora”. Encontramos esse tipo de diálogo, algumas vezes instrucional, também nas seguintes partes do texto: “O pouo do calambaû | Notícias uos quero dar”, “uire para atras que ainda tem”, “acabose acabose | acabose meus amante | aqui findo esta obra”.

Em se tratando das palavras caluniosas presentes no manuscrito, há que se tomar muito cuidado para não interpretá-las com uma visão atual. Sobre isso, Ilari (2020, p. 68) destaca que

estamos constantemente sujeitos ao risco de atribuir às palavras encontradas nos documentos do passado o mesmo sentido que têm no uso atual, em suma, de partir para interpretações anacrônicas. [...] O risco de atribuir às expressões da língua antiga um sentido atual tem seu reverso num outro risco igualmente perigoso: o de pensar que estamos diante de uma mudança semântica toda vez que esbarramos em passagens dos corpora que não “fazem sentido”, ou seja, passagens que apresentam “ruídos” de leitura.

Para finalizar esta seção, é significativo evidenciar que o *Pasquim do Calambau*, como qualquer outro pasquim, não possui uma identificação clara de autoria. Isso é um tanto evidente por se tratar de um texto calunioso com o qual o seu autor não quer se comprometer. Prova disso é que o Pasquim do Calambau serviu como evidência da devassa<sup>11</sup> que Manoel Caetano Lopes de Oliveira abriu para investigar a injúria e a difamação que ele sofreu por meio do pasquim.

Segundo Antunes (2019, p. 210-211), em se tratando do Pasquim do Calambau,

na devassa para apurar o crime de proferir injurias e escrever pasquins o pardo e músico Luiz José da Costa afirmou “ter pleno conhecimento da letra” de quem escreveu o pasquim, apesar do autor buscar modificá-la. Da mesma sorte, José da Silva Ribeiro, outro pardo que vivia do ofício de carpinteiro e da sua roça, testemunhou que conhecia a letra do pasquim, apesar de ser “feita com diligência para desfigurar a sua talha”. [...] Diversas testemunhas afirmaram que a letra dos pasquins era “da própria mão e punho” de Raimundo Penafort. Morador de Calambau, Penafort trabalhava como caixeiro para o alferes Domingos de Oliveira Alves, que, poucos dias antes da afixação dos pasquins, se indispusera com o sargento-mor Manoel Caetano por conta de uma construção em um terreno que aquele alferes considerava ser sua propriedade. Na ocasião, a frente de diversos moradores de

<sup>11</sup> Segundo Coelho (2013, p. 25), “[n]o vocabulário jurídico, o termo devassa é empregado para se referir a um ‘ato judicial no qual se inquiram testemunhas e se procuram provas para apurar e revelar um fato delituoso’”.

Calambau, o Alferes Domingos de Oliveira Alves teria chamado o colega de farda, o sargento-mor Manoel Caetano, de ladrão, régulo e levantado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por termos tratado de um único manuscrito, o *Pasquim do Calambau*, o “mergulho” (usando a metáfora de Ilari) que aqui fizemos foi um tanto limitado. Entretanto, emergimos certos de que cumprimos com os objetivos inicialmente propostos: apresentar as edições fac-similar e semidiplomática do manuscrito setecentista e analisá-lo segundo a ótica do modelo de Tradições Discursivas.

O manuscrito que aqui exploramos carrega nas linhas e entrelinhas, ademais de conteúdo calunioso, informações sobre fatos históricos, sobre determinada região e sobre certas pessoas. Essas preciosas informações nos permitem situá-lo em um contexto específico e, ao mesmo tempo, nos permite compará-lo com outras fontes documentais coetâneas a ele. Dessa forma, como apontam Kewitz e Simões (2019, p. 217), “[a] tradição e a inovação dos textos, nos seus mais variados gêneros, revelam alguns (se não todos) os aspectos culturais, sociais e históricos, dando margem às inovações ou à manutenção de estruturas linguísticas”.

Marcado por uma linguagem informal e caluniosa, o pasquim revela, para além de referências históricas, informações linguísticas sobre aquele texto. Ao lado das informações linguísticas presentes no texto, estão indícios de marcas de TD desse gênero específico. Contudo, para afirmar que determinada estrutura de fato faz parte da tradição do gênero pasquim, seria necessário um trabalho mais exaustivo com um *corpus* composto por esse tipo de documento. Temos aqui o ponto de partida. Carece, posteriormente, investigar se uma TD tornou-se em padrão textual genérico na sociedade da época de maior circulação desses manuscritos. Embora o nosso objetivo não tenha sido investigar a gênese dos pasquins, cabe sublinhar que, provavelmente, os pasquins brasileiros seguem as TD dos portugueses e dos espanhóis (cf. Romeiro, 2017). Os ibéricos, por sua vez, devem ter seguido as TD de outros pasquins de outras línguas.

Um fato que é bastante presente nos pasquins é a linguagem caluniosa e simples (por ser direcionada ao povo). Essa linguagem é, na maioria das vezes, acompanhada do anonimato. Afinal, ninguém, sobretudo em um período social marcado pelo conservadorismo e pelas tradições, desejaria ter o seu nome associado a um texto desse tipo. Entretanto, como aponta Chartier (1999, p. 16), “[a]quele que escreve na era da pena, de pato ou não, produz uma grafia [única] diretamente ligada a seus gestos corporais”. É justamente por isso que, os inqueridos na devassa da qual o *Pasquim do Calambau* faz parte como prova levantaram suposições sobre o possível autor desse pitoresco manuscrito.

## APONTAMENTOS

A versão inicial deste artigo surgiu como trabalho final da disciplina *Português Brasileiro: Aspectos Sincrônicos e Diacrônicos na Perspectiva Multissistêmica*, ministrada pela Profa. Dra. Verena Kewitz, no Programa de Pós-graduação e Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Após apresentação no *V Congresso Internacional de Linguística*

*Histórica “Constelações Diacrônicas”*, o trabalho em causa foi ampliado e reestruturado para compor este número especial da Revista *A Cor das Letras*. Nossos agradecimentos às pessoas que, de alguma forma, contribuíram para essa versão final que aqui apresentamos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Á. de A.; FIGUEIREDO, L. (Orgs.). *O pasquim do Calambau – Infâmia, sátira e o reverso da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Chão Editora, 2022.

ANTUNES, Á. A. Injuriosas palavras: dimensões da cultura do escrito nos pasquins afixados em Calambau, Minas Gerais, no ano de 1798. In: BORGES, E. J. S.; FLEXOR, M. H. O.; SEVERS, S. M. de S. S. (Orgs.). *Poderes, identidades e sociedade na América Portuguesa (séculos XVI - XVII)*. 1ed. São Paulo: Alameda, 2017, v. 1, p. 120-135.

ANTUNES, Á. A. Forma e conteúdo: a cultura do escrito no pasquim afixado em Calambau, freguesia de Mariana, no ano de 1798. In: *Anais do Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019, v. 1, p. 210-214.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico [...]*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 8 v, 1728. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 09 jul. 2020.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMBRAIA, C. N. Tutela dos direitos autorais: o que a lei protege em uma edição?. *LaborHistórico*, v. 5, n. 2, p. 17-41, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24206/lh.v5i2.22954>. Acesso em: 11 ago. 2020.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999.

COELHO, S. M. Devassas eclesiásticas: uma tentativa da Igreja de alinhar condutas. In: DUCHOWNY, A. T.; COELHO, S. M. (Orgs.). *Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas*. 1. ed. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2013. p. 25-30.

FIGUEIREDO, L. R. A. Escritos pelas paredes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 50, p. 42-61, 2014.

FIGUEIREDO, L. R. A. O povo do Calambau, notícias vos quero dar?. Rebeldias, inconfidências e pasquins na América portuguesa. In: *Anais do Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019, v. 1, p. 212-217.

GASPAR, T. de S. Oralidade nas revoltas mineiras do século XVIII e na Inconfidência Mineira: a rebeldia para além do escrito. In: *Anais do Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019., v. 1., p. 218-224.

ILARI, R. Ruídos semânticos na leitura dos textos antigos do PHPB: relato de uma experiência pessoal. In: ILARI, R.; BASSO, R. (Coords.). *História do Português Brasileiro: História semântica do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 48-85.

KABATEK, J.; SIMÕES, J. da S. Sobre a historicidade de textos. *Linha D'Água*, n. 17, p. 157-170, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i17p157-170>. Acesso em: 11 ago. 2020.

KABATEK, J. Tradições Discursivas e Mudança Linguística. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Orgs.) *Para a História do Português Brasileiro*, vol. VI: Novos dados, novas análises. Salvador: EDUFBA, Tomo II, 2006. p. 505-527.

KABATEK, J. Tradição discursiva e gênero. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Orgs.) *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 579-588.

KEWITZ, V.; SIMÕES, J. da S. O corpus do Projeto Para a História do Português Brasileiro: a constituição de corpora históricos baseada em critérios de Tradições Discursivas. In: CASTILHO, A. T. de (Org.) *História do Português Brasileiro*, vol. 2: Corpus Diacrônico do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. p. 208-243.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

MARQUILHAS, R. *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

ROMEIRO, A. Pasquins, libelos e panfletos: a cultura do manuscrito na América portuguesa. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 19, n. 35, p. 86-97, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ArtC-V19n35-2017-2-07>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SIMÕES, J. da S. *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. 2007. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2007.tde-04102007-140928>. Acesso em: 06 jul. 2021.